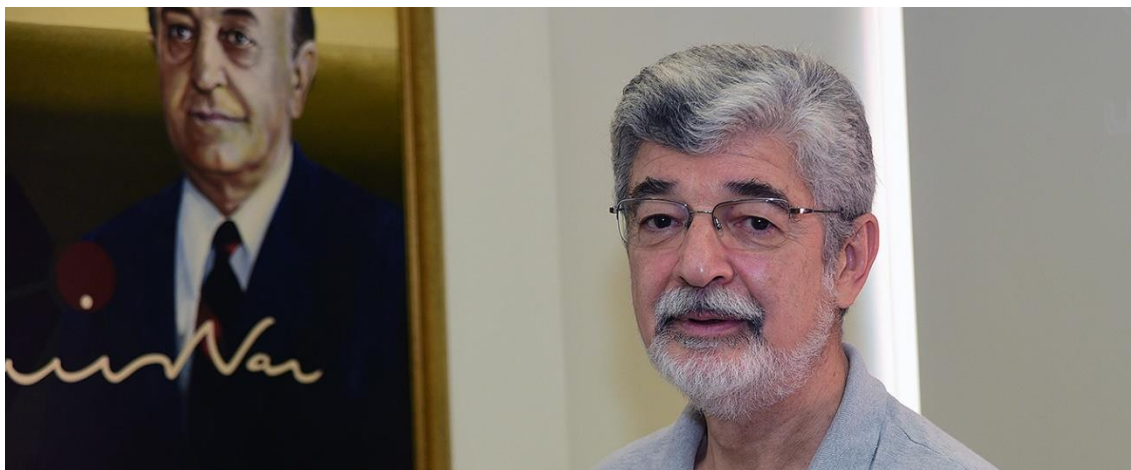


CONSULTA UNICAMP 2017

Léo Pini



Quem é

Léo Pini Magalhães nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1952, é avô do Gabriel, casado com Silvia, pai de Lia e Lucas, genro da Natacha. Foi criado em Santos (SP). Em 1970, ingressou na Unicamp, no curso de Engenharia Elétrica. Fez seu mestrado como bolsista do CNPq com um trabalho em Reguladores Auto-ajustáveis, sob a orientação do professor Manuel de Jesus Mendes e seu doutorado (Dr.-Ing.) na área de Informática na Universidade de Darmstadt, Alemanha, com bolsa do DAAD, sob a orientação do professor José Luis Encarnação, concluído em maio de 1981, com uma tese em Comunicação Homem-Máquina em ambientes de Controle de Processos. É

professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC), desde 1977, e desde 1999 Professor MS-6 (Titular). Sua área de interesse principal é Computação de Imagens. Após seu doutorado teve duas estadias no exterior, na Universidade de Darmstadt - Informática (1988) e na Universidade de Waterloo - Ciência da Computação (1996-1997). Supervisionou oito teses de doutorado e 35 dissertações de mestrado. Publicou 3 livros técnicos, artigos em periódicos (15) e em conferências especializadas (70). É membro (sênior) do IEEE e membro das Sociedades SBC, ACM e EUROGRAPHICS. Sua experiência administrativa inclui: assistente do pró-reitor de Pesquisa da Unicamp (1986-1987); vice-coordenador do Curso de Pós-Graduação da FEEC; vice-coordenador do DCA/FEEC - Unicamp; coordenador do Programa Brasileiro-Argentino de Informática - PABI (1992-1996); coordenador do curso de Engenharia Elétrica da Unicamp (4/93-3/95); atuou também na Cooperação para a América Latina do ProTeM (1995-1996). Foi Diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação de abril/1999 a abril/2003. Foi membro de inúmeras Comissões na Unicamp, por exemplo, CPDIUEC (presidente) e Comissão do Campus de Limeira. Atualmente, é representante docente no Conselho Universitário da Unicamp. Confira o seu [programa](#) de gestão.

JU – Como preservar a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela Unicamp à comunidade, principalmente no setor de saúde, num cenário de recessão econômica e restrição orçamentária?

Leo Pini – Inicialmente, é preciso que seja dito que, no curto prazo, vamos continuar a ter plenas condições para exercer com plenitude nossas atividades, desde que os corpos dos servidores docentes, não docentes e discentes ajam com a seriedade e o comprometimento sempre existentes, e a administração central ofereça, adequadamente e com transparência, as opções existentes para a tomada de decisão pelo Consu e suas Câmaras. O que nos preocupa e motiva nossas propostas de radical alteração da gestão da Unicamp são o médio e o longo prazos. Nosso Programa de Gestão credita à absoluta centralização orçamentária e, por conseguinte, de poder, ou seja, à forma de gestão, a fonte de nossos problemas, secundariamente à recessão. Dificuldades na leitura dos acontecimentos e tomada de decisão tardia no órgão central causaram problemas em todo o sistema Unicamp. Distribuir orçamento e poder parece-nos um caminho para minorar drasticamente, sob a ótica da gestão, os riscos em todas as situações e permitir focar em soluções usando expertise de gestores locais para tratar questões locais, com foco na qualidade de ensino, de pesquisa e de ações de extensão junto à sociedade.

Com relação ao setor de saúde deveremos buscar uma solução com a participação de outros atores – municipais, estaduais e federal – de forma a reduzir a fatia, hoje da ordem de 20%, do orçamento comprometido com a área da saúde, e isto independentemente da situação atual. Também deve-se pautar a assistência em saúde baseada em evidências científicas, pois isso pode reduzir ações desnecessárias que muitas vezes consideram apenas o hábito instalado há décadas, mas não os avanços que foram conquistados pela ciência. Isto inclui uma capacitação ampla do setor de saúde, tendo a Universidade como agente propulsor.

Outra frente importante para a economia de recursos no campo da saúde é a informatização dos seus sistemas de informação, para que não haja o retrabalho e a duplicação de exames e procedimentos por perda, omissão ou extravio de informações e também uma melhor gestão de estoques de medicamentos e materiais. Assim, o estabelecimento de redes informacionais informatizadas pode ser um grande aliado para a economia de recursos e melhoria da assistência prestada, tanto pela própria Unicamp como pelas unidades de saúde parceiras, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

Aqui, neste âmbito tecnológico, as unidades acadêmicas que atuam no campo das Tecnologias da Informação e Comunicação

podem ser convidadas e incentivadas a desenvolver soluções de interesse da Unicamp e da sociedade, no espírito da Pesquisa e Inovação Responsável. Pelo exposto, entendemos que serviços como a assistência em saúde devem ser vistos não apenas na sua dimensão econômica, mas também na dimensão de inteligência e gestão.

JU – Com 50 anos já completados, a Unicamp vê uma proporção expressiva de seus docentes e funcionários mais experientes chegarem à aposentadoria. Se a perda da expertise desses profissionais já traria reveses em qualquer circunstância, agora essa movimentação ocorre num momento em que condições econômicas dificultam a reposição de quadros. Como minimizar os danos?

Leo Pini – A manutenção de um modelo centralizado de gestão, muito adequado ao momento inicial de nossa Universidade, passados 50 anos, dificulta tratar unidades com histórias diversas, idades diversas, realidades diversas. Por exemplo, a política de substituição integral de docentes e servidores não docentes, sem observar peculiaridades e prioridades locais, agravou, em muito, nossa situação econômica. Mais uma vez, faltou o olhar local para a tomada de decisão. Aliás, políticas de recursos humanos equivocadas para os servidores não docentes são

uma constante na Unicamp; em outro exemplo, a substituição de avaliação e promoção agregadas por uma política de promoção dos servidores não docentes, sob o nome de isonomia, não se mostrou política adequada e nem aderente à nossa legislação. Isto gerou descontentamento, inquietude e, conseqüentemente, queda de rendimento. Políticas de reposição centralizadas, boas e corretas em sua intenção, mas míopes em função do contexto econômico, são outro bom exemplo da necessidade de alteração do modelo de gestão e não apenas do gestor.

Como minimizar os danos? Descentralizar o orçamento, cogestão nas unidades, transparência total. Quanto mais a comunidade local estiver informada, quanto mais participar desse processo de gestão e quanto mais fiscalizar as ações dos gestores, maiores serão as possibilidades de que sejam tomadas decisões corretas.

JU – A má conduta científica é uma preocupação crescente em todo o mundo, pondo em risco a reputação de instituições e, mesmo, países – no ano passado, divulgou-se que 80% dos dados de testes clínicos chineses são falsos, um golpe para a imagem da ciência daquele país. Como tratar essa questão?

Leo Pini – Denúncias de má conduta científica da parte de pesquisadores vinculados à Unicamp

podem afetar a reputação da Universidade e devem ser institucionalmente apuradas. A nossa legislação atual provê todos os mecanismos para a investigação e a punição de transgressores que fazem parte de nossa comunidade acadêmica, sejam eles denunciadores ou denunciados, discentes ou servidores docentes ou não-docentes. Má conduta científica, após sua comprovação, deve ser punida de forma exemplar, podendo levar à demissão ou expulsão da Universidade. Um reestudo e aperfeiçoamento da legislação voltada à prevenção, e não apenas à punição, desses delitos deve ser uma prioridade de qualquer gestão.

Deve-se observar que os casos de má conduta científica estão fortemente associados à pressão por mais publicações acadêmicas em curto espaço de tempo, levando a procedimentos acadêmicos antiéticos e inadequados como falsificação de dados, omissão parcial de dados, plágio e autoplágio, casos muitas vezes tornados públicos por órgãos de fomento como a Fapesp e por sites independentes como o *Retraction Watch*.

Uma política institucional de incentivo à publicação e transparência de dados de pesquisa, principalmente daquelas financiadas com recursos públicos, é mecanismo essencial para inibir a falsificação de dados e resultados de pesquisas, além de servir como elemento para

uma difusão mais ampla das pesquisas realizadas na Unicamp. Porém, o modo mais eficaz de aliviar essa pressão pela publicação (o famoso “*publish or perish*”) é a definição de outras métricas para valorizar a pesquisa, tais como o seu impacto social. Mais uma vez, a descentralização da gestão tem aqui forte papel, pois em diferentes campos do saber devem ser definidas métricas diferenciadas, que possam indicar como valorizar a Pesquisa e a Inovação Responsável em cada área de pesquisa.

JU – Também em escala global, a ênfase nas avaliações de qualidade de pesquisa vem se deslocando da mera atenção à produtividade para questões de impacto e relevância. Como a Unicamp deve responder a essa mudança cultural?

Leo Pini – É imprescindível sempre avançar o olhar para políticas que começam a emergir no mundo e que buscam articular atores no cenário da pesquisa – pesquisadores, cidadãos, políticos, empresas, serviços, etc. – para que trabalhem em conjunto, alinhando processos e resultados com os valores, necessidades e expectativas da sociedade. A Unicamp deve alinhar seus objetivos a iniciativas como esta. Qualidade, como sabemos, é algo muito mais amplo e complexo do que as métricas atuais permitem apurar. Desse modo, cabe à Unicamp assumir um papel protagonista na definição de novas métricas para

avaliação de pesquisas que extrapolem a contagem de publicações e de citações.

Nesse sentido, a tecnologia mais uma vez é aliada da ciência. Um exemplo concreto foi apresentado na edição 647 do **Jornal da Unicamp**, de fevereiro/março de 2016, em estudo que permitia uma avaliação do impacto de evidências, resultados de pesquisas da área da saúde, diretamente por profissionais que atuavam na assistência a pacientes. Esse é um exemplo de como a pesquisa na área da saúde pode ter uma avaliação que extrapola o seu caráter exclusivamente acadêmico. Da mesma maneira, outras áreas do conhecimento podem ter novas métricas similares de impacto de seu trabalho para a sociedade. Mais uma vez, caberá a cada Unidade e área de pesquisa propor e avaliar a efetividade de métricas alternativas para direcionar os rumos de suas atividades, na direção e sentido orquestrados pela Universidade.

JU – Qual deve ser o papel do reitor frente a situações de conflito na comunidade interna, como a ocupação da Reitoria e as desavenças entre docentes e estudantes que ocorreram em 2016?

Leo Pini – Antes de tudo, a ocorrência repetitiva de iniciativas de invasões de prédios administrativos e salas de aula por minorias, sem qualquer representatividade no âmbito da

Unicamp, é fruto de uma visão e reações equivocadas de nossas administrações centrais e de parte de nosso corpo docente. Estes atores deveriam atentar para o fato de que nossa instituição deve educar, em seu entendimento mais amplo. Em 2016, a administração superior observou, atônita e imóvel, o agravamento de uma situação inicialmente causada por eventos alheios à nossa Universidade. Reitor e pró-reitores devem tratar questões dessa natureza com brevidade, e amparados em nossa legislação, não transigindo nem fazendo concessões que em nada engrandecem a Universidade. Transparência de todas as ações e acordos é uma necessidade absoluta.

JU – A relação recente do governo do Estado com a comunidade acadêmica tem sido tumultuada, com declarações do governador questionando pesquisas supostamente “inúteis” financiadas com dinheiro público e, já neste ano, pelo corte no orçamento da Fapesp. Como, em sua visão, a Reitoria deve se portar diante de um chefe do Executivo talvez indiferente ao ensino superior público?

Leo Pini – Ações neste quesito envolvem as três universidades paulistas e devem, após sua consideração no âmbito de cada uma das universidades, ser consideradas no Cruesp e junto ao governo do Estado. Deve-se também acrescentar que seria natural, e mesmo

desejável, a existência de metas definidas para o sistema de educacional paulista, o que não existe, e isto dificulta o entendimento desse tipo de manifestação. Iniciativas que busquem tais formulações devem ser mesmo incentivadas por parte das universidades paulistas, levando assim a uma cobrança positiva e salutar por parte da sociedade, e baseada nas políticas e metas estabelecidas para seus agentes.

Cabe destacar que a possível indiferença de chefes do Executivo em relação ao ensino superior público é decorrente de uma possível indiferença da Universidade frente às demandas da sociedade. A partir do momento em que a Unicamp esteja fortemente engajada com a sociedade, até mesmo na realização de pesquisas que respondam às necessidades concretas da população, a Universidade terá na sociedade uma aliada que saberá reconhecer como investimento o montante de recursos destinados ao ensino superior público. Dessa forma, Executivo e Legislativo teriam de responder também à sociedade por eventuais ataques ao ensino superior e à pesquisa nas universidades públicas.

JU – O discurso institucional tem pontuado a interação com a sociedade como uma das marcas históricas da Unicamp. Entretanto, persistem as críticas segundo as quais a Universidade mantém-se distante da

comunidade e insensível à opinião pública, principalmente no que diz respeito a temas polêmicos. Como responder a estas críticas?

Leo Pini – Nós precisamos ter uma atuação que nos leve a uma sociedade resiliente e sustentável. Entendemos que a Unicamp pode e deve assumir um papel protagonista em relação a soluções para os problemas da sociedade.

Com seu nome internacionalmente associado à inovação, caberá à Universidade, cumprindo seu papel de instituição pública mantida pela sociedade, alinhar-se a iniciativas internacionais de pesquisa e inovação responsável, focando a criação de soluções inovadoras e sustentáveis também para as principais questões sociais e ambientais. É o fazer ciência com e para a sociedade, dentro dos seis princípios do arcabouço da iniciativa RRI - Responsible research & innovation, no âmbito Europeu através do Programa Horizon 2020: **engajamento**, na articulação de pesquisadores com a sociedade civil, indústrias e formuladores de políticas públicas; **igualdade de gênero**, abordando a modernização na gestão de recursos humanos; **educação em ciências**, não apenas na formação de futuros pesquisadores, mas também de outros atores sociais; **acesso aberto**, com transparência e acesso gratuito aos resultados de pesquisas realizadas com financiamento público; **ética**, de modo a

assegurar maior relevância e aceitação dos resultados da pesquisa e inovação; e **governança**, para articular as demais dimensões e assegurar responsabilidade para evitar desenvolvimentos prejudiciais ou antiéticos na pesquisa e na inovação.

Como a Reitoria pode atuar para concretizar tais iniciativas? Em primeiro lugar, reconhecendo que a Pesquisa e Inovação Responsável deve fazer parte dos valores da Universidade. Pesquisadores que produzam inovações frugais, mas com forte impacto social, devem ser tão valorizados quanto aqueles que publicam nos veículos de alto impacto. Nossos pesquisadores e alunos, seja por meio dos trabalhos de Iniciação Científica, seja por meio de atuação em atividades de extensão, devem interagir com a sociedade para identificar e solucionar problemas sociais e ambientais. Porém, acima de tudo, caberá às unidades, dentro do processo de descentralização que promoveremos, definir como essa atuação junto à sociedade ocorrerá e definir também como valorizar, em seus perfis de promoção, o desenvolvimento desse tipo de pesquisa. Apenas assim poderemos exercitar o papel que nos cabe na promoção de ensino, pesquisa e extensão junto à sociedade que sustenta nossas atividades.

Não há qualquer antagonismo entre pesquisa, ensino e extensão de qualidade e atuação socialmente responsável.

JU – Como serão tratadas as reivindicações salariais que surgirão neste ano?

Leo Pini – Nosso Programa de Gestão baseia-se na mudança radical de nosso modelo de gestão, e não somente na mudança do gestor. A descentralização orçamentária com a alteração do papel de diretores e congregações, de meros passageiros para cogestores da Universidade, decidindo e executando contratações, promoções, convênios, etc., trará, a médio prazo, uma nova realidade para a Unicamp. Neste contexto, toda a informação orçamentária e extraorçamentária será do conhecimento da Comunidade que poderá, através do Consu e de suas Câmaras, definir as políticas salariais e sua consequência nos outros itens de despesa.

No curtíssimo prazo, 2017, qualquer recomposição salarial exigirá um aumento no uso de nossas reservas, as quais, ao que tudo indica – não temos ainda números definitivos fornecidos pela Reitoria – contêm somente recursos já comprometidos. Neste cenário, o Consu deverá decidir, se assim o entender, quais itens já comprometidos – edificações, por exemplo – deverão ser excluídos de forma a ser provida sustentação financeira à recomposição salarial.

JU – Em sua opinião, os programas de inclusão social existentes hoje na

universidade são adequados? O que pode ser feito para avançar nessa área?

Leo Pini – Em nossa opinião, a inclusão social deve dar-se muito antes do ensino do terceiro grau. A recente alteração da pontuação do PAAIS é demonstração eloquente da ineficácia desta sistemática – PAAIS – para além de nossas fronteiras enquanto ação indutora da reflexão das políticas governamentais de inclusão no ensino fundamental e médio. Cotil e Cotuca são exemplos que podemos e devemos apresentar à Secretaria de Educação como possível formato ao nosso ensino pré-universitário.

Mais efetivo do que programas locais na Unicamp ou USP ou Unesp, no tocante a políticas de inclusão social, será engajar o Cruesp em iniciativa que altere políticas de uso de recursos para o ensino médio e fundamental, envolvendo prefeituras, governo estadual e Cruesp na discussão de um novo fatiamento dos recursos estaduais. O objetivo é induzir a inclusão social de maneira positiva através do aperfeiçoamento contínuo do ensino nos níveis fundamental e médio, com forte participação da Unicamp, seja na formação de professores, seja na difusão de conhecimento. Ou antitérmicos curam pneumonia?